

CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Lucas da Silva Carvalho

Atribuições: Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal de São João del Rei (2016),
Profissional Autônomo – email: lucas_44carvalho69@hotmail.com

Paulo Henrique de Lima Siqueira

Atribuições: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavas (2013), Professor da Universidade
Federal de São João del Rei – MG – email: paulosiqueira@ufsj.edu.br

Resumo

Esse trabalho discute a crise de representatividade entre os eleitores e seus representantes políticos no Brasil evidenciada por meio da evolução histórica da política, da composição social e do descontentamento com a política pública. A insatisfação dos brasileiros e sua descrença nos órgãos públicos e nos políticos são resultados de uma herança histórica patrimonialista na Administração Pública, de serviços públicos que não são ofertados com eficiência e qualidade aos usuários, do desconhecimento que os mesmos têm sobre a prática da política e o seu impacto as suas vidas como cidadãos. Em um país com tantas desigualdades cabe aos políticos uma aproximação com os eleitores não somente em períodos eleitorais porque a convivência com os conflitos pode criar soluções que atendam às necessidades reais dos brasileiros, construídas de acordo com realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros.

Palavras-chave: Representatividade; Desigualdade social; Crise Política

CRISIS OF REPRESENTATION IN THE BRAZILIAN DEMOCRACY: SOCIAL AND POLITICAL CONSIDERATIONS

Abstract

This paper discusses the crisis of representativeness among voters and their political representatives in Brazil, evidenced through the historical evolution of politics, social composition and discontent with public policy. The dissatisfaction of Brazilians and their disbelief in public bodies and politicians are the result of a Public Administration patrimonialism heritage, of public services that are not offered with efficiency and quality to users, of their lack of knowledge about the practice of politics and their impact on their lives as citizens. In a country with so many inequalities, it is up to politicians to approach voters not only in electoral periods because living with conflicts can create solutions that meet the real needs of Brazilians, built according to the reality experienced by most Brazilians.

Keywords: Representatively; Social inequality; Politics crisis

DOI Nº. 10.5935/1981-4747.20200008

Recebimento: 28/03/2016 Aprovação: 13/10/2020

1. Introdução

O presente trabalho relata as ações políticas e as reações causadas nos eleitores brasileiros, que cada vez mais estão se sentindo sem representação política. Em um país democrático como o Brasil existe uma crise de representação que de acordo com Dantas et al. (2020) vem ganhando força no mundo desde o início do século XXI, com manifestações que questionam realidades políticas, sociais e econômicas.

No caso brasileiro, isso é decorrente do acesso cada vez maior que os cidadãos estão tendo às informações, gerando indignação em função do mau uso dos recursos públicos que os seus representantes estão fazendo. Cansados de tantos descasos, em junho de 2013 os brasileiros saíram às ruas para pedir mudanças na condução da política brasileira.

Segundo Romão (2013), os protestos de junho ensinam que a política institucional e as políticas públicas precisam corresponder às demandas da sociedade que se modificam com rapidez, exigindo cada vez mais serviços públicos melhores, mas, ao mesmo tempo, mantém-se longe das instâncias de tomada de decisão. Deve-se pensar em formas de aproximar esses dois mundos.

Em decorrência disso, surgem alguns questionamentos: Quais são os fatores que levam às desconfiâncias dos eleitores na condução da política brasileira?

Este trabalho objetiva demonstrar de que maneira a história política, a composição social e o descontentamento com as políticas públicas têm provocado uma crise de representatividade na política brasileira.

Esse estudo pode contribuir para identificar as causas do distanciamento que há entre a política e a sociedade, levando o eleitor a perceber o quanto é importante a política na vida do cidadão, e também como a sua participação na vida política pode melhorar o planejamento dos políticos.

Além dessa introdução, este trabalho está dividido em mais quatro seções; a primeira seção mostra a metodologia desse trabalho, a segunda apresenta alguns conceitos sobre política e sociedade, a terceira faz uma evolução da história da política do Brasil, a quarta apresenta a diversidade e a exclusão presente na sociedade brasileira, a quinta seção expõe a crise de representatividade que ocorre no Brasil e a última faz algumas considerações finais.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais realizadas a partir de registros disponíveis em livros, artigos de jornais, de revistas e de revistas científicas. Foram utilizadas fontes de vários autores, como Dantas et al.

(2020), Beck e Valente (2014), Probst (2013), Fonseca et al. (2013), Sorj (2006), Leopoldi (2002), Radmann (2001), dentre outros, e também dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os resultados das últimas eleições nas disputas presidenciais.

Desta maneira, foram realizadas comparações dos dados com os vários autores que escreveram sobre o tema, podendo fazer uma análise sobre a política e a sociedade no Brasil, o nível de satisfação dos eleitores sobre a qualidade dos serviços públicos e da política praticada atualmente, e a crise de representatividade na democracia brasileira.

3. Política e Sociedade

A política pode ser entendida como uma das melhores ferramentas que a sociedade construiu para viver em grupo com o objetivo de preservar a sua sobrevivência em uma zona de tranquilidade e de oferecer aos mais pobres a oportunidade de se desenvolver. Por meio dela, a sociedade conseguiu manter um diálogo entre grupos e assim resolver os conflitos existentes e planejar o seu futuro, pois antes da existência das organizações o homem vivia livre no estado de natureza o qual oferecia riscos constantes. Rousseau apud Leopoldi (2002, p. 159) afirma que

Aqueles para os quais o estado de natureza constituía etapa que precisava ser necessariamente ultrapassada para que a humanidade pudesse estabelecer formas de convivência mais adequadas ao conjunto dos indivíduos, como é, por exemplo, o caso de Locke e Hobbes, essa passagem implicava perdas em termos de limitação de liberdade e do julgamento e execução pelos próprios indivíduos da “lei de natureza”. Mas o estabelecimento da sociedade civil através de um pacto acordado por toda a comunidade trazia ganhos suficiente – em termos de preservação da vida, da liberdade, da propriedade, da igualdade, dos bens e da segurança e do respeito as leis que deveriam submeter igualmente a todos – para ser amplamente adotado. O caminho aberto pela sociedade civil é para eles, portanto, o que leva às conquistas mais caras a civilização e a forma mais adequadas de convivência entre os homens.

Segundo Hobbes apud Coelho (2010), as dificuldades e a insegurança da humanidade no estado de natureza fizeram com que os homens buscassem novas condições para sua sobrevivência, levando-os a celebrar um pacto entre si, dando o surgimento ao Estado. “Por meio desse pacto, cada indivíduo teria se comprometido com os demais em transferir o seu direito natural de utilizar a própria força para se defender e satisfazer os seus desejos para um ser artificial e coletivo – o Leviatã –, que não é outra coisa senão o Estado” (HOBBS apud

COELHO, 2010, p. 53). Ao escolher está opção, os homens teriam trocado a sua liberdade natural pela liberdade civil, e a sua independência pela segurança.

De caçador itinerante, o homem passa a constituir aglomerados que facilitam a sua vida, formando a sociedade, que nada mais é do que um agrupamento de homens cujos modos de ser, de sentir, de pensar e de reagir refletem formas relativamente homogêneas de viver (SILVA, 2010).

Ao longo de toda a história do homem, sempre houve a preocupação de estabelecer códigos de como deveriam ser as relações que estivessem vinculadas à convivência humana, como o Código de Hamurabi, mais antigo conhecido, definido por Khammu-rabi (SILVA, 2010). As leis da Torá – cinco primeiros livros da Bíblia – também tiveram essa preocupação. Posteriormente, os filósofos gregos, os pensadores latinos, os intelectuais da Idade Média e os autores iluministas, todos escreveram sobre a sociedade dos homens, tentando explicar formas e conteúdos (SILVA, 2010).

A sociedade surge desses códigos entre os indivíduos e a relação estabelecida entre os grupos, as necessidades originais do homem são transformadas e integradas numa rede muito ampla de necessidades, produto do homem socialmente ativo. Uma vez que as atividades desse ser natural específico são necessariamente realizadas em uma estrutura social, a verdadeira autoconsciência de ser é a sua consciência como ser social (SOUZA, 2008).

Com a relação de poder e códigos que os indivíduos estabeleceram vivendo em sociedade, surge da política, uma ordem específica de relações e interações sociais, subteia da sociedade, na qual se processam os conflitos relativos à apropriação e ao controle dos recursos sociais relevantes, especialmente o poder (SANTOS, 2012).

“Política, portanto, é antes de tudo um conceito, que se refere especificamente a um conjunto particular de interações, diretamente relacionadas à distribuição do poder, nas relações sociais, atravessando diversas instituições” (SANTOS, 2012, p. 17).

A política tem com finalidade “organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável” (AZAMBUJA, 2008, p. 11).

4. Desenvolvimento da Política no Brasil

A política brasileira traz em seu bojo uma herança do patrimonialismo que foi inserida pelos portugueses e se arrastou durante toda história do Brasil, podendo ser percebida no decorrer da evolução das políticas apresentadas no país.

Na Administração Pública Patrimonialista o aparelho de Estado atua como uma extensão do poder do monarca, os servidores públicos possuem status de nobreza real e os cargos funcionam como recompensas, o que gera o nepotismo, o que favorece a prática de corrupção e o controle do órgão público por parte dos soberanos (JUNQUINHO, 2010).

Segundo Sorj (2006), o patrimonialismo está presente em maior ou menor grau, em toda a sociedade onde a distribuição da riqueza e do poder é desigual, e no Brasil o patrimonialismo está associado com uma extrema desigualdade social, a impunidade de suas elites e o descaso com os setores mais pobres.

A partir de 1930 o Estado Novo surge como primeiro esforço para a superação do patrimonialismo, com a reforma administrativa que burocratizou o Estado brasileiro, introduzindo no aparato administrativo a centralização, a impessoalidade, a hierarquia, a meritocracia e a separação entre o que é público e o que é privado (COSTA, 2008).

A década de 1970 foi marcada por um grande desenvolvimento econômico no Brasil, com vultosos investimentos públicos em infraestrutura e empresas públicas, a formação de um Estado com núcleos burocráticos modernos ligados ao esforço de industrialização e de investigação científica e tecnológica, mas que não solucionou os problemas de desigualdade social e o acesso à educação e à saúde (SORJ, 2006).

Essas mudanças ocorreram até 1980, quando se presenciou uma das maiores taxas de crescimento econômico no Brasil apoiando-se em do Estado como ordenamento do espaço social, jurídico, econômico e de investimento em infraestrutura e em setores chaves da economia, permitindo a expansão da produção e das relações mercantis na sociedade e a criação de um importante setor de empresas públicas (SORJ, 2006).

Apesar desse avanço do Estado brasileiro, suas raízes totalitárias e patrimonialistas ainda se faziam presentes, priorizando servir aos interesses das elites que governava o país ao invés da sociedade brasileira.

O patrimonialismo persistiu enraizado nas instituições do Estado brasileiro. Os políticos aproveitavam de seus cargos para adquirir vantagens pessoais em troca de apoio político, ofertando empregos públicos, o que gerava um clientelismo e buscavam favorecer a sua própria base política (OLIVIERI, 2011).

Após o fim do regime militar em 1985, deu-se o início do novo momento da história da política brasileira que herdava uma forte crise econômica, fiscal e social, pois o Brasil transitava de uma ditadura para a democracia que iniciava a um novo rumo político para o país.

O desejo dos brasileiros por um regime mais democrático e justo que assegurassem a participação da sociedade nos processos decisórios da gestão e controle dos recursos públicos fomentaram os embates entre o poder estatal, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil (ROCHA, 2009).

Um país marcado pelos descasos das elites que governava e com pouca participação da sociedade nos planos de governos sentiu-se pressionado pela sociedade a fazer uma mudança que almejava a participação da mesma direta ou indiretamente na política do país, desta forma não passando despercebido ao Constituinte Brasileiro de 1988:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade e a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (DELGADO, 1997, p. 1)

Com a eleição democrática do primeiro presidente eleito conforme a Constituição Federal de 1988, Fernando Collor de Mello, com cerca de 35 milhões de votos, parecia realizada a campanha das Diretas Já e do movimento pela democratização do país. Contudo, em 1992 acusações de corrupção por seu irmão Pedro Collor quanto ao presidente se associar em esquema de corrupção gerenciado pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral, Paulo Cesar Farias, fizeram com que o presidente perdesse prestígio popular. Com a confirmação da Comissão Parlamentar de Inquérito de seu envolvimento, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de impeachment do presidente e, em meio a uma onda de manifestações populares, em dezembro, o Senado Federal aprovou o impeachment do presidente (JÚNIOR; CASARÕES, 2011).

Para Júnior e Casarões (2011), não foi somente o escândalo de corrupção de culminou no impeachment de Collor, mas a sua personalidade autoritária e pouco conciliadora de político tradicional de Collor, o presidencialismo brasileiro muito polarizado entre o poder executivo e o poder legislativo formado por um congresso fragmentado por divergentes interesses, os diversos planos de estabilidade econômica frustrados, e a queda do apoio popular.

Em seguida, depois do impeachment de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu o mandato de 1992 a 1994, tendo como ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), que lançou o programa de estabilização econômica – o Plano Real. Com a redução da inflação e a restauração da confiança dos consumidores, FHC lançou sua candidatura a presidente da República Federativa do Brasil, conseguindo dois mandatos. O Governo FHC foi marcado por grandes turbulências que resultaram em *déficits* nas contas externas, pequena taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com média anual para o período 1995-1998 de 2,6% e para 1999-2002 de 2,1%, e taxa de desemprego crescente de 14,2% em 1994 para 19,0% em 2002. Entretanto, a inflação manteve-se estabilizada, tornando-se prioritária no governo FHC (NOVELLI 2010).

Apesar da reforma administrativa implementada no governo FHC, a Nova Gestão Pública (NGP) em 1995 (BRESSER-PEREIRA, 2010), tentando aproximar a gestão da Administração Pública da gestão das organizações privadas, o setor público possui algumas particularidades tanto à sua finalidade quanto às limitações de atuação e gestão (TEODORO, 2018).

Portanto, apesar de algumas melhoras, os serviços públicos ainda apresentavam algumas limitações no atendimento às expectativas da população. Além disso, mesmo com a estabilização econômico, algumas dificuldades ainda persistiam, o que não permitiu uma atuação do Estado para melhorar as condições de vida da população menos favorecida.

Outro grande problema do Governo FHC foi à desigualdade social que atingia uma parte da população brasileira. Junior (2002, p. 203) afirma que

cerca de um terço dos brasileiros vive na carência absoluta, enquanto os mais ricos (1% da população) são donos de parte maior do que sobra para os 50% mais pobres. Para a maioria dos cientistas sociais que criticam mais acirradamente a falta de política social mais intensa por parte do governo, uma das principais causas da desigualdade que mantém parcela da população na miséria absoluta é a falta de uma política educacional adequada à determinação constitucional de 1988 [...] Na contramão dos investimentos sociais, os banqueiros conseguiram empréstimos governamentais da ordem de R\$ 12,5 bilhões. Talvez porque os estrategistas econômicos acreditam serem os bancos mais importantes para o povo do que ter escolas funcionando eficientemente, com professores trabalhando dignamente e alunos assíduos, não apenas pela garantia da alimentação básica (merenda escolar), mas também em busca do desenvolvimento cultural que lhes dê maiores condições de concorrência num mercado de trabalho cada vez mais enxuto e exigente.

Segundo Fonseca et al. (2013), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) manteve a política econômica de estabilidade (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, *superávit* primário), mas ampliou vários programas de assistência social, o Programa Bolsa-Família, por exemplo, foi estendido a 11 milhões de famílias. O salário-mínimo cresceu 57%, em termos reais, entre 2002 e 2010, atingindo o maior patamar desde o começo dos anos 1970 e o coeficiente de Gini caiu de 0,596 para 0,543 entre 2001 e 2009.

Com o apoio do presidente Lula, que tinha boa aprovação dos brasileiros, a presidente Dilma Vana Rousseff foi eleita em 2010, mas sofreu com as várias denúncias de corrupção decorrentes desde o governo Lula e das obras para copa do mundo, que resultaram em grandes manifestações em todo o país.

O Movimento Passe Livre colocava em pauta, inicialmente, a revogação do aumento das tarifas do transporte público, mas logo outras pautas nas redes sociais para os protestos surgiram, como corrupção, gastos com estádios para a Copa do Mundo de Futebol e precariedade de serviços públicos (CAMARGO, 2013).

As manifestações foram movidas por uma conjuntura que agregou quatro fatores preponderantes:

a existência de um movimento organizado que impulsionou as primeiras manifestações com uma demanda objetiva, o Movimento Passe Livre (MPL); a descabida repressão policial que, a certa altura dos acontecimentos, alterou o posicionamento da mídia a favor dos manifestantes; a concomitância de um evento esportivo de âmbito mundial que funcionou, ao mesmo tempo, como combustível e veículo da ocorrência das manifestações; e o contexto de descontentamento generalizado com o sistema político (ROMÃO, 2013, p. 12).

Finalmente, em agosto de 2016 a presidente sofre o impeachment, sendo substituída por seu vice Michael Temer. Esse fato e a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018 marca o fim de uma polarização política de 20 anos pelos dois partidos PT e PSDB, que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais de 1994 até a de 2014.

Dentre os motivos, Fernandes et al. (2020, p. 9) apontaram “as implicações dos escândalos de corrupção e da Operação Lava Jato; a inabilidade política da presidente Dilma Rousseff e; uma combinação das crises política e econômica que cristalizaram um ambiente favorável ao processo de impeachment.”

Percebe-se que apesar das grandes transformações na política brasileira, os desmazelos que os portugueses tinham com a administração pública praticada na colonização do país vêm

se arrastando por toda nossa história. Mesmo com a constituição de 1988, a reforma administrativa e as políticas assistencialistas, observou-se que não foram suficientemente eficientes, pois o setor público ainda sofre com determinados crimes como, por exemplo, patrimonialismo e clientelismo que afrontam o patrimônio público e refletem na administração pública tornando-a incapaz de suprir as necessidades da sociedade.

5. Sociedade Brasileira e Representatividade Política

Relatar sobre a Sociedade Brasileira é falar dos grandes desafios a serem banidos no século XXI. O preconceito e a desigualdade que assolam alguns grupos da sociedade podem ser percebidos na sociedade brasileira, sendo impulsionados pela história de formação do país. A miscigenação e a imigração no Brasil estão relacionadas diretamente com o desenvolvimento histórico e com a formação da estrutura social e moral da nação, a diversidade cultural do país.

Segundo Ribeiro apud Rosa (2014), ao pensarmos nas matrizes de formação do povo brasileiro, temos quatro elementos principais nessa formação: populações indígenas autóctones que já habitavam o continente antes dos europeus; os povos europeus no período colonial; os negros da África ocidental trazidos ao Brasil; e os imigrantes europeus e asiáticos no final do século XIX e início do século XX, bem como o processo de miscigenação entre todas essas matrizes originais.

No último Censo realizado em 2010, foi possível notar mudanças na composição da cor ou raça declarada no Brasil, dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era (53,7%) e em 2010 passou para (47,7%), e um crescimento de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%).

Segundo Lamarca e Vettore (2012), embora maior no Brasil, a população negra e parda não tem a mesma oportunidade de igualdade, sofre com a desvalorização da sua força de trabalho perante os brancos. De acordo com o Censo de IBGE, 2010, os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximam do dobro do valor relativo aos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735).

Tentando aumentar a representação dos negros na política, o Governo Federal sancionou a Lei n.º 12.990/14 que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração

pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Apesar disso, numa pesquisa realizada em quatro estados brasileiros em 2010, 43 parlamentares federais negros foram eleitos em 2010 e de 30 parlamentares estaduais. O Estado da Bahia elegeu 7 deputados federais e 7 estaduais, Pará 2 deputados federais e nenhum estadual, São Paulo 3 deputados federais e 3 estaduais, e Santa Catarina não houve deputados federal ou estadual (MENEGUELLO et al., 2012).

Outra desigualdade é entre o sexo feminino e o masculino. Probst (2013) afirma que as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência, a parcela de mulheres nos cargos executivos subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000, mas as mulheres recebiam, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens.

O salário médio de admissão de homens, que era de R\$ 1.009,06 em 2011, aumentou em 2013 para R\$ 1.063,20 (+5,37%), enquanto o salário médio das mulheres passou de R\$ 869,29 para R\$ 917,03 (+5,49%) na mesma base de comparação (PORTAL BRASIL, 2013).

Na política, as mulheres ainda não conseguem uma boa expressão perante as eleições, pois apesar de representarem 52,5% do total de 147,5 milhões de eleitores, apenas 9.204 mulheres concorreram a um cargo eletivo nas Eleições Gerais de 2018 e destas, 290 foram eleitas, que correspondem à 16,20% do universo de 1.790 escolhidos. Esses percentuais mostram um aumento quando comparados a 2014, quando foram escolhidas 190 mulheres para assumir os cargos em disputa, o que equivalia a 11,10% do total de 1.711 candidatos eleitos (Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 2020).

Ainda sobre desigualdade temos a classe indígena, que de acordo com Malerba e Bertoni (2001), estima-se uma população superior a 5 milhões na época da chegada dos portugueses, mas de acordo com o último Censo realizado em 2010 pelo IBGE (2010), a população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Apesar das políticas indigenistas a partir do século XX, a representatividade indígena ainda é inexpressiva.

Segundo Cavalcante (2014), a situação indígena nas eleições é uma das mais complicadas, tanto pela resistência de outros setores às políticas destinadas a esses povos quanto pela aceitação das legendas. Os povos indígenas têm uma contextualização de mundo diferente, sua própria forma de organização política, mas já existe um processo de indígenas querendo se candidatar porque há uma compreensão de que eles têm que estar no espaço de poder.

Outra característica da sociedade brasileira é a classe pobre, muitas vezes esquecida pelos políticos que normalmente fazem uma política social baseada em concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro-damistas”, patrimonialistas e de expansão de serviços a partir do dever moral, da benemerência e da filantropia, que em si mesmos não proporcionam direitos (YAZBEK, 2012).

Em 2014 ainda existiam 6,083 milhões de pessoas que viviam em situação de pobreza, 3,1% da população do país que não tinham renda, viviam sem acesso à educação, saúde ou condições de vida consideradas decentes, como acesso à água, energia e saneamento (BECK; VALENTE, 2014).

O Brasil tem muito que avançar para promover a igualdade de oportunidades aos excluídos da sociedade, precisando superar a desigualdade nas representações políticas e no acesso aos cargos de liderança com salários melhores. Cabe ao Estado Brasileiro ser o provedor dessa igualdade entre essa heterogeneidade da sociedade brasileira e isso só ocorrerá se os nossos governantes executarem políticas públicas que consigam atender a essa diversidade de necessidades que os excluídos demandam.

6. Descontentamento da Política Pública no Brasil

A partir dos anos 2010, com os avanços da tecnologia de comunicação, vem se observando uma ligação entre as ações no mundo de tal maneira que os problemas de instabilidade política e econômica ocorrido em um país acabam afetando diretamente outros países que tem relações diretas com o mesmo. Para Neto (2011), o debate sobre o significado de democracia ressurgiu como consequência da crise da representação política nos países de democracia consolidada e da falência dos regimes autoritários nos países do Leste Europeu, Ásia e América Latina, gerando incerteza quanto à constituição de estados democráticos.

Fazendo uma avaliação das democracias latino-americanas, Schmitter apud Baqueiro (2001) sugere que as instituições funcionam antidemocraticamente com governos que não governam, parlamentos com representatividade privada, eleições que elegem candidatos sem que o legitimem, instituições políticas que servem para o linchamento político e vinganças privadas, paradoxalmente, naturalizadas pela sociedade, resultando na ideia de que uma alternativa aos *deficits* de representação política seria a maior participação política, ignorando-se, no entanto, que a participação requer uma melhoria da própria representação.

No Brasil, um fator importante que descredencia a política é a corrupção, considerada o maior problema do Brasil pela maioria dos jovens (DANTAS et al., 2020) e que torna a

prestação dos serviços públicos ineficientes e provoca descrenças nas gestões praticadas no país.

Além disso, parece existir uma crise de representação, que pôde ser observada quando milhões de brasileiros se manifestaram em junho de 2013 com uma pulverização de reivindicações de que as instituições políticas ou até mesmo representantes eleitos não representavam aqueles que deveriam ser representados.

Segundo Venício apud Arantes e Schwarz (2013), os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública” isto é, sem canais para se expressar. Os usuários de redes sociais a partir da década de 2010 como Facebook, Myspace, Instagram, Twitter, Sanapchat, Youtube, Whatsapp, Telegram etc. são pessoas desinformadas que propagam *fake news* (notícias falsas) em condição igual à imprensa profissional, influenciando os processos eleitorais (FERNANDES et al. 2020).

Segundo Ramthum (2013), os pesquisadores ao perguntarem aos manifestantes os motivos que os levavam a participar dos protestos, considerando a primeira resposta, (37,6%) disseram transporte público, (29,9%) citaram o ambiente político e (12,1%) mencionaram a saúde pública como principal motivo para protestar, ficando o restante dividido em contrários à PEC 37 (5,5%), por uma melhor educação (5,3%), os gastos com as Copas do Mundo e das Confederações (4,5%), violência policial (1,3%), segurança pública (1,3%) e outras motivações que não chegaram a atingir (1%), como a falta de ciclovias (0,1%) e a luta pelos direitos indígenas (0,1%). Embora a mescla de reivindicações que ocorreram por todo o país, com ao passar dos dias foi perdendo força porque faltava um representante ou líder para ouvir necessidades da população e determinar os objetivos destas manifestações, somente assim tornando possível formular um diálogo com governo.

Esta indignação dos eleitores pôde ser percebida nas últimas eleições para presidente da república. No primeiro turno das eleições de 2018, de um total de 147.306.295, ocorreram 29.941.171 abstenções (20,33%), 3.106.937 (2,11%) votos brancos e 7.206.222 (4,89%) votos nulos, ou seja, 40.254.330 (27,33%) dos eleitores optaram por não escolher seus representantes no primeiro turno. No primeiro turno das eleições de 2014, do total de 142.822.046 eleitores brasileiros, 27.698.475 (19,39%) se abstiveram, 4.420.489 (3,10%) votaram branco e 6.678.592 (4,68%) nulos, portanto um total de 38.797.556 (27,16%) não escolheram seus representantes. Fazendo uma comparação com as eleições anteriores, pode-se perceber que a porcentagem de votos brancos nulos e abstenção aumentaram em relação aos

anos anteriores, pois as porcentagens da soma desses votos foram 26.30% em 2002, 25.16% no ano de 2006 26,76% no ano de 2010 (TSE 2020).

Já no segundo turno da eleição para presidente de 2018, o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro governa o Brasil não tendo aprovação da maioria dos eleitores brasileiros, pois se somar os votos nulos 8.608.105 (7,43%), brancos 2.486.593 (2,14%), abstenção 31.371.704 (21,30%) e mais os votos do candidato Fernando Haddad, 47.040.906, teremos um total de 89.507.254 (60,76%) contra 57.797.847 (39,23%) que votaram no atual governo. No segundo turno da eleição de 2014 os números foram bastante parecidos, pois se somar os votos nulos 5.219.787 (1,71%), brancos 1.921.819 (1,71%), abstenção 30.137.479 (21,10%) e mais os votos do candidato Aécio Neves, 51.041.155, teremos um total de 88.320.240 (61,82%) contra 54.501.118 (38,18%) que votaram no atual governo (TSE, 2020).

No site TSE (2020) existem trinta e três partidos registrados em 2020 no Brasil, o que poderia nos levar a pensar que há uma representatividade no país, mas, na realidade, isso não ocorre, porque somente a existência desses partidos não garante uma política eficiente e uma aproximação maior entre o Estado e a Sociedade.

Segundo Baquero e Vasconcelos (2013, p.4), pode-se dizer que os partidos políticos passam por uma crise de ideologia e o surgimento de novas organizações traz grandes desafios para eles, tais como o aparecimento e crescimento das organizações da sociedade civil que rivalizam com a função representativa dos partidos; a crescente desilusão com a eficiência dos partidos na sua dimensão de mediadores políticos; a consolidação dos meios de comunicação como agentes de influência decisivas nas orientações políticas dos eleitores; e o declínio da identificação partidária com consequências na seleção de candidatos muito mais pela pessoa do candidato do que pela instituição partido, ou seja, a população não estrutura suas identidades coletivas com base nos partidos.

Além disso,

A descrença na democracia liberal vem na medida em que a profissionalização da política faz com que políticos defendam seus próprios interesses acima dos interesses comuns, levando a classe política a desprezar ideologias programáticas e defender seus cargos. Os partidos em um processo de burocratização extremo terminam por funcionar automaticamente em relação aos cidadãos (FERNANDES et al., 2020, p. 7).

Outro fator que descredencia a política brasileira é a arrecadação tributária elevada e a devolução em serviços de má qualidade que não condizem com a arrecadação do Estado. Segundo Folloni e Yazbek (2013, p. 27),

O estudo, com seus limites, indica que a arrecadação de tributos no Brasil poderia ser melhor investida, em benefício da população, com vistas à plenitude do que se propõe em termos de empreendedorismo público. O estudo chama atenção pelo fato que o Estado brasileiro, cada vez mais, se consolida como intenso arrecadador, sem cumprir plenamente seus deveres prestacionais. O Estado tem abusado de gastos públicos mal elaborados, atingindo sucessivos recordes na arrecadação tributária em dissonância com a realidade social e prestação de serviços básicos a que é obrigado. Isso evidencia, em números comparativos, sua ineficiência em proporcionar o bem-estar à sociedade e garantir direitos fundamentais aos cidadãos, tanto pela prestação, quanto pela regulação.

Em um país que possui uma carga tributária elevada, é desejável que o estado retorne em serviços de qualidade para atender a demanda da sociedade. Não conseguindo acompanhar a evolução da demanda por melhores serviços, o Brasil sofre com a baixa capacidade da administração pública de atender às demandas da sociedade, que exige mudanças na governança do setor público que viabilizem a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Segundo Filho (2011), quando a máquina pública não consegue a eficiência desejada, as descrenças no governante aumentam, necessitando de uma reforma política que consiga levar às diversas regiões do Brasil que são providas de pouco recursos financeiros e não conseguem seu desenvolvimento por falta de políticas públicas eficientes.

Para Fernandes et al. (2020), os serviços públicos não correspondiam às expectativas das pessoas que prosperaram economicamente entre 1994 até 2015. Segundo Leão (2014), uma pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV) mostrou mais de 80% da população insatisfeita ou muito insatisfeita com esses serviços. Dos entrevistados, a situação econômica pessoal de 4% Melhorou Muito, 41% Melhorou, 32% Ficou Igual, 19% Piorou, 3% Pirou Muito e 1% Não Souberam responder. Esse estudo também mostrou uma insatisfação com a qualidade dos serviços públicos; na segurança 80% consideram muito insatisfeito ou insatisfeito; na saúde 79% consideram muito insatisfeito ou insatisfeito; transporte 73% consideram muito insatisfeito ou insatisfeito; e a educação 63% consideram muito insatisfeito ou insatisfeito.

Ao mesmo tempo, o governo alega não ter condições de ofertar serviços de qualidade por falta de recursos, mas a corrupção desvia o dinheiro público que deveria ser aplicado para atender tal demanda da sociedade. Segundo Baquero e Linhares (2011), a impunidade causa a insuficiência do processo democrático, particularmente no que diz respeito à resolução de problemas essenciais de natureza material, gerando descontentamento das pessoas com a situação social.

O afastamento dos cidadãos da vida política e dos partidos torna-se crescente devido à corrupção que há na política, tanto dos representantes que foram eleitos e também das instituições políticas que são corrompidas.

Esta crise de representatividade leva a sociedade a buscar novas organizações sociais que se tornam canais alternativos de representação de interesses de grupos da sociedade que sentem a falta de representatividade. Segundo Baquero e Linhares (2011), a existência de um monopólio tradicional de representação dos partidos não consegue propor novas metodologias que atendam às necessidades dos cidadãos. A decadência de ideologias que deveriam catalisar identidades coletivas e a corrupção das organizações públicas vêm ajudando no enfraquecimento dos partidos políticos que deveriam servir como instrumento da democracia representativa (BAQUERO; LINHARES, 2011).

Outro equívoco por parte dos governantes é a centralização de propostas elaboradas de cima para baixo, sem conhecer a realidade do país, gerando dificuldades em estimular a participação da sociedade. O Estado brasileiro não consegue atingir o objetivo das políticas públicas que corresponde às ações, metas e planos que os governos traçam para buscar o bem-estar da sociedade e o interesse público no âmbito nacional, estadual ou municipal.

quem está lá em Brasília tende a pensar que o Brasil é uma média. E a média não diz quase nada do Brasil, que é um país muito heterogêneo. A consequência dessa leitura é a dificuldade em considerar a heterogeneidade real do Brasil. [...]. Quando se tem uma política centralizada, o tratamento é homogeneizado (BACELAR, 2003, p. 2).

Pesquisa realizada por Santos et al. (2011) em Vitória da Conquista / BA com 100 moradores, com o objetivo de identificar como os usuários avaliavam a assistência prestada na saúde pública e identificar problemas recorrentes do SUS local, identificou que o grau de satisfação dos usuários com serviços públicos de saúde do SUS apresenta 44% insatisfeitos, 28% não responderam, 24% preferiram estar parcialmente satisfeito e apenas 4%

responderam estar satisfeito com o atendimento prestado pela equipe de saúde. Os funcionários tratavam os usuários como indivíduos menos favorecidos, como uma ideologia de que eles vêm aos serviços “pedir” e não buscar por atendimento de saúde. Estes profissionais precisam ser capacitados a reconhecer a essência do que são seres humanos e aprender a lidar com as diferenças.

Para Radmann (2001), a cada nova eleição reinicia o “tempo da Política”, o eleitor percebe a aproximação dos políticos, que o “convida” a participar da política através do seu voto, ou seja, a participação política dos eleitores restringe-se quase que exclusivamente ao “tempo da Política”.

O conhecimento é um fator determinante no relacionamento entre os eleitores e os políticos, pois quanto maior for os níveis de conceituação deste mundo que o cerca, mais exigente serão os participantes. Muitos dos eleitores brasileiros não têm grau de conhecimento suficiente sobre assunto, o que dificulta uma melhora na política praticada pelos governantes, pois os eleitores não têm habilidade para questionar seus direitos. Os eleitores de baixo status socioeconômico não tem opinião formada sobre questões políticas com pouca informação sobre as questões em debate nas campanhas eleitorais e as preferências partidárias são determinadas pelo processo de socialização a partir de tradição familiar, sem nenhuma ou apenas com uma remota relação com as opiniões e avaliações sobre temas políticos expressas pelo eleitorado (CASTRO apud RADMANN, 2001).

Assim, cada indivíduo faz sua avaliação quase sempre de maneira individual dos governantes que o representa, baseado no bem-estar que lhe é proporcionado.

Assim, de acordo com Radmann (2001, p. 260), as organizações públicas não conseguem ser transparente aos olhos dos eleitores, transmitindo então uma sensação de ineficiência generalizada das organizações e dos políticos.

Segundo Neto (2007, p. 209)

A promulgação da Emenda nº 19 de 1988 gerou uma verdadeira euforia entre os administradores, como também entre alguns operadores do direito brasileiro, como se a simples inclusão expressa do Princípio da Eficiência no texto constitucional fosse capaz de solucionar todos os problemas de ineficiência da administração pública. Essa euforia foi desmotivada, inicialmente porque o dever de eficiência na administração pública já era conhecido do mundo jurídico brasileiro e constava do texto original da constituição de 1988.

A insatisfação dos brasileiros e sua descrença nos órgãos públicos e nos políticos são resultados dos serviços públicos que não são ofertados com eficiência e qualidade ao usuário, também o grau de conhecimento que os mesmos têm sobre a prática da política e o impacto que a mesma tem sobre cidadão, assim muitos têm a sensação de estar desprovidos de seus direitos perante o Estado Brasileiro. Em um país com tantas desigualdades cabe aos políticos uma maior aproximação com os eleitores não somente em épocas de eleitorais, porque a convivência com os conflitos pode criar soluções que atendam às necessidades reais dos brasileiros e não essas que estão sendo apresentada, que não têm sua base construída na realidade cruel que a maioria dos brasileiros vive.

7. Considerações Finais

Os resultados desse estudo mostram que a crise de representatividade vivenciada no Brasil nos últimos anos tem suas raízes na formação política do país, na composição da sociedade e no descontentamento da população com as políticas públicas.

Observamos que durante toda a sua história, a administração pública brasileira foi influenciada pela tradição política patrimonialista, mesmo com as mudanças ocorridas a partir da redemocratização e da Constituição de 1988, a estabilidade econômica com o Plano Real a partir de 1994 e a melhoria das condições de vida de boa parte da população a partir dos anos 2000. Escândalos de corrupção que culminaram no impeachment de dois presidentes da república e a insatisfação popular que encerrou uma polarização política de 20 anos por dois partidos tornam evidente que o país ainda precisa superar essas amarras herdadas dos portugueses desde o período da colonização.

Quanto à composição social, temos um povo de origens étnicas heterogenias, cuja minoria branca e masculina possui a maior parcela da riqueza nacional e é bem representada politicamente, enquanto o restante que compõe a maioria ainda precisa conquistar seu espaço tanto do ponto de vista de acesso à riqueza como de representatividade política.

Sobre o descontentamento com as políticas públicas no Brasil, observou-se ele é provocado pelos os escândalos de corrupção; a frágil representatividade dos partidos políticos quanto aos interesses dos eleitores; a avaliação negativa dos serviços públicos que não correspondem ao excesso de arrecadação tributária; e a pouca participação do eleitor nas decisões políticas provocada tanto pela incapacidade educacional do próprio eleitor como pela indiferença dos políticos que procuram os eleitores no período eleitoral são elementos que provocam o descrédito desse eleitor com a política pública nacional.

Em suma, esse trabalho apresenta relatos sobre a política no Brasil, comprovando que à mesma não disseminou políticas públicas capazes de promover a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros. Também propôs observar a crise de representatividade que há na política, e o abismo que está sendo construído entre eleitores e seus representantes devido a uma série de conjunturas e erros que levam a este afastamento.

No trabalho desenvolvido é notável a insatisfação dos eleitores brasileiros em relação à política e os políticos, isso se reflete em uma indignação nos brasileiros em ver o mau uso dos recursos públicos, recursos esses que não chegam ao seu destino correto, quando era para serem usados em benefício da população. Por esse e outros motivos o Estado não consegue atender à demanda da sociedade.

O desenvolvimento deste trabalho trouxe oportunidade de aprofundamento do conhecimento sobre o tema abordado, que ainda nos dias atuais com tantas informações que circulam nem todos os brasileiros têm acessibilidade e com isso não conseguem ter conhecimento suficiente para buscar seus direitos.

Mais estudos são importantes para entender melhor essa crise de representatividade e verificar quais seriam os malefícios provocados por essa crise considerando resultados observados nesse estudo nas futuras eleições.

8. Referências

- ARANTES, P.; SCHWARZ, R. As cidades Rebeldes, Passe livre as Manifestação que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior, 2013
- AZAMBUJA, D. Introdução à Ciência Política. Editora Globo (2a Edição). São Paulo, 2008
- BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In O. A. dos Santos Junior (orgs), Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003
- BAQUERO, M. Cultura, política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva. 15 (4) São Paulo, out./dez. 2001
- BAQUERO, M.; LINHARES, B. F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. Revista Debates 5 (1) Porto Alegre, RS, Brasil, jan./jun. 2011 pp. 89-114.
- BAQUERO, M; VASCONCELO, C. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. Anais do V Congresso da Compolítica, Curitiba, PR, Brasil, maio de 2013
- BECK, M.; VALENTE G. Brasil tem 6 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-6-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-situacao-de-pobreza-13359894>, 24 de jul. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 1, p. 112–116, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 6738/2013 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=600255>, 2013

CAMARGO, C. Dilma e o subproletariado: uma análise sobre a corrida presidencial de 2014. *Revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, 1(2), 94-101 Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/36/22>, 2013

CAVALCANTE, T. Alerta para sub-representação de minorias nas eleições de outubro Agência Brasil Brasília. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-09/estudo-do-inesc-alerta-para-sub-representacao-de-minorias-na-eleicao-de> , 2014.

COELHO, R. C. Ciência Política. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2010

COSTA, F. L. Da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 5, p. 829–874, 2008

DANTAS, H.; CARVALHO T., M. A. Conjuntura e desafios políticos: O que sabemos sobre o estado de nossa democracia no Brasil e o que nos dizem os jovens? *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 12, núm. 3, 2020. Universidade Federal de Viçosa, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351563312016>

DELGADO. J. A. A revitalização da magistratura: O juiz do final do Século XX. *Informativo Jurídico da Biblioteca Min. Oscar Saraiva* 9(2), 107, Disponível em: <http://bdjur.gov.br/publicacaoseriada/index.php/informativo/article/view/147/141>, jul/dez 1997

FERNANDES, A. S. A.; TEIXEIRA, M. A. C.; PALMEIRA, J. da S. A longa conjuntura crítica brasileira desde 2013: Crise e castigo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo. v. 25. n. 81. p. 1-19, 2020

FILHO, M. P. A Nova administração pública, profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

FOLLONI A.; YAZBEK, C. L. Eficiência tributária do Estado e retorno de bem-estar à sociedade. *Revista Opinião Jurídica*, n. 15, 2013

FONSECA P. C. D.; CUNHA A. M. ; BICHARA J. S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Nova economia* 23(2), mai./ago. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Censo Demográfico 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>

JÚNIOR, B. S.; CASARÕES, G. S. P. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 82, 2011

JÚNIOR, J. R. S. Mudanças Estruturais No Capitalismo E A Política Educacional Do Governo Fhc: O Caso Do Ensino Médio. *Educ. Soc.* 23(80), set. 2002, pp. 201-233

JUNQUILHO, G. S. Teoria da Administração Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010.

LAMARCA, G.; VETTORE, M. A nova composição racial brasileira segundo o censo 2010. *Biblioteca Virtual em saúde* Disponível em: <http://dssbr.org/site/2012/01/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010/>, 2012.

LEÃO, T. Bem-estar privado, insatisfação pública. Revista eletrônica O Globo Recuperado de <http://oglobo.globo.com/infograficos/pesquisa-fgv/>, 2014

LEOPOLDI, S. L. ROUSSEAU - estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas. ALCEU 2(4), jan./jul 2014 pp. 158 a 172 Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n4_Leopoldi.pdf

MALERBA, J.; BERTONI, M. Nossa gente brasileira. Campinas: Papirus, 2001

MENEGUELLO, R.; SPECK B. W; SACCHET, T. Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 Estados brasileiros. Centro de Estudos de Opinião Pública - CESOP Unicamp, 2012, pp. 8-13

NETO, R. B. G. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. Revista de Sociologia e Política. 19(38), fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100003

NOVELLI, J. M. N. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). Revista de Sociologia e Política. 18(36), jun. 2010, pp. 227-240

OLIVIERI C. Os controles políticos sobre a burocracia. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 45(5), set./out 2011, pp. 1395-1424

PORTAL BRASIL. Diferença Salarial Entre Homens E Mulheres Está Em Torno De 13,75, 18 out. 2012, Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/10/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-esta-em-torno-de-13-75>

PROBST E. R. A Evolução Da Mulher No Mercado De Trabalho. RH Portal, 2013 Disponível em: http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=xg7w7vuh9

RADMANN E. R. H. O Eleitor Brasileiro: Uma Análise do Comportamento Eleitoral. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2011

RAMTHUM, R. Protestos Urbanos. Jornal De Debates, Ed. 755. Recuperado de http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013, 2013

ROCHA, R. A gestão descentralizadora e participativa das políticas públicas no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais, 2009 Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/790/502>

ROMÃO, W. de M. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 4, p. 11-17, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125286>>

ROSA A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. Revista de Administração Contemporânea 18(3), 2014.

SANTOS, M. P. G. Políticas Públicas e sociedade. (2ª ed.) Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

SANTOS, V. C.; ANJOS, K. F.; COSTA, C. N. A percepção de usuários sobre a assistência prestada na Saúde Pública. Cogitare Enfermagem. 16(1), 2011, pp. 116-121.

SILVA, G. Sociologia Organizacional. Sociologia da Administração, UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010

SORJ, B. A Nova Sociedade Brasileira. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

SOUZA, J. S. *Infância e Linguagem*. (11ª ed.), Campinas, SP, 2008.

TEODORO, B. C. *Qualidade de Vida no Trabalho de Servidores Técnico Administrativos em Educação: uma análise em uma Universidade Federal do Estado de Minas Gerais*. (Dissertação) Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP. Campus Universidade Federal de São João del Rei. Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/ufsj/2018/dissertacao-v2-final-bernardo-cintra.pdf>. Acesso em 05 de Junho de 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Divulgação de resultado de Eleições 2014 e 2018*. Disponível em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>, 2020.

YAZBEK, M. C. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. Serviço Soc. Soc., São Paulo, nº 110, 2012, pp. 288-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>> acesso em outubro de 2014.